

A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 11.645/2008 NO CURRÍCULO DE UMA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL DE IMPERATRIZ-MA

Mariana Chaves de Oliveira ¹
Letícia da Costa Silva ²
Ilma Maria de Oliveira Silva ³

RESUMO

O Brasil já era habitado antes da invasão dos portugueses, tendo em vista que os povos indígenas já residiam nesse espaço produzindo suas culturas e sendo protagonistas de suas histórias. Diante do processo de colonização os indígenas lutaram e resistiram pela própria existência. Nesse sentido, a história desses povos foi por muito tempo distorcida e erroneamente explicada nos currículos escolares, principalmente por meio dos livros didáticos. Para tanto, a Lei 11.645/2008 tem como intuito enfatizar a importância de incluir nos currículos escolares as histórias e culturas indígenas e afro descendente como também o propósito de descolonizar os livros didáticos a fim de contribuir na formação de crianças, jovens e adultos tendo em vista que a nacionalidade brasileira foi construída a partir desses povos, além disso trazer a temática de maneira articulada com outras disciplinas. Logo, o presente trabalho tem o objetivo analisar como a Lei 11.645/2008 vem sendo implementada na educação básica. Utilizamos como instrumento de coleta de dados a entrevista. Foi interlocutora da pesquisa uma professora dos anos iniciais de uma escola da rede municipal de ensino. Ademais analisamos a Lei referida e recorreremos aos teóricos que discutem sobre o tema por meio das pesquisas bibliográficas. Para tanto, esse assunto é bastante necessário para as discussões na atualidade, pois é necessário desfazer vários estereótipos que ainda são colocados sobre as populações indígenas.

Palavras-chave: Povos Indígenas, Lei 11.645/2008, Currículo, Culturas, Histórias.

INTRODUÇÃO

A trajetória histórica dos povos indígenas do Brasil é marcada por resistência. Por mais de cinco séculos lutam contra estereótipos, doenças, pelo direito à preservação de suas identidades, culturas, histórias, línguas, territórios, entre outros. Nesse viés, desde a chegada dos colonizadores europeus no território brasileiro, os indígenas defrontaram-se com inúmeros desafios, tais como a violência, a escravidão, a exploração de suas terras e a marginalização de suas culturas.

Os povos indígenas possuem histórias e culturas extremamente ricas, específicas e diferenciadas, as quais representam uma parte fundamental da diversidade cultural do Brasil e

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, marianaoliveira.20200001201@uemasul.edu.br;

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, leticiasilva.20200001186@uemasul.edu.br;

³ Doutora pelo Curso de História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, ilmamaria@uemasul.edu.br.

do patrimônio imaterial da humanidade. Dessa forma, herdamos dos povos indígenas suas culturas e histórias que contribuíram e contribuem com a formação da sociedade brasileira.

Sendo assim, os povos indígenas precisam ser respeitados e valorizados, nas suas especificidades por toda a sociedade brasileira, inclusive na escola. Nesse sentido, a Lei 11.645/2008 obriga o ensino de histórias e culturas indígenas nas instituições de ensino fundamental e médio a fim de que se possa discutir sobre as suas imensuráveis contribuições seja na área social, econômica e política.

Diante da necessidade de se discutir acerca dessa temática, a Lei 11.645 de 2008 foi criada a fim de viabilizar este processo, bem como promover e valorizar o reconhecimento das culturas e histórias dos povos indígenas no currículo da educação básica brasileira.

A partir de estudos sobre a disciplina de Histórias e Culturas Indígenas surgiu o interesse em pesquisar sobre a temática, buscando analisar como a Lei supracitada está sendo implementada nos currículos escolares, sobretudo, no Ensino Fundamental. De tal forma que buscamos compreender a maneira pela qual este marco legal tem contribuído para a formação de sujeitos conscientes em relação à diversidade cultural do povo brasileiro, levando em consideração as contribuições das diversas culturas que a constitui.

Nesse sentido, a fim de sabermos como ocorre as discussões sobre a temática pesquisada adentramos a sala de aula do 1º ano do Ensino Fundamental de uma escola do município de Imperatriz-MA, para tanto realizamos com a professora titular da sala uma entrevista produzida previamente como também foi realizado a análise do livro de História utilizado nessa turma, sendo este pertencente a coleção “Bem me quer mais” das autoras Márcia Cristina Hipólide e Mirian Gaspar, produzido pela editora Brasil, em 2021.

Para fundamentar as reflexões apresentadas ao longo deste estudo, lançamos mão das contribuições de Freire (2000) que trata dos equívocos que foram construídos em torno dos povos indígenas, assim como das produções de Grupioni (2000) que abordam as representações indígenas no livro didático e todas as suas implicações. Buscamos ainda subsídios em Silva (2018), cuja obra discorre acerca das diversas temáticas relacionadas à valorização e a inclusão das histórias e das culturas indígenas no espaço da educação básica.

O estudo aqui apresentado, discorre inicialmente sobre a lei nº 11.645/2008, trazendo elucidacões acerca de todos os aspectos que envolvem seu processo de criação. Na sequência, apresenta o modo como os indígenas estão representados nos livros didáticos, assim como as implicações destas representações, sendo traçadas reflexões acerca de estereótipos aos indígenas. Em seguida, é tratada a presença das histórias e culturas indígenas no currículo do ensino fundamental, levando em consideração a sua contribuição para a prática pedagógica

nessa etapa. Por fim, são apresentadas as considerações finais, reiterando a importância da lei 11.645/2008 para que haja uma educação que de fato, inclua a todos, assim como a valorização dos povos indígenas, suas culturas e suas histórias dentro da sala de aula.

METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho, utilizamos a pesquisa de campo, desenvolvida em uma escola da rede municipal de ensino da cidade de Imperatriz-MA. Este tipo de pesquisa, de acordo com Gonçalves (2001), tem por objetivo buscar a informação diretamente com a população da pesquisa, o que demanda do pesquisador ir ao espaço onde os fenômenos ocorrem. No que se refere à coleta de dados, utilizamos uma entrevista como instrumento, esta que por sua vez, consiste em um conjunto de perguntas abertas que contribuem para a obtenção de dados relevantes e para a análise dos resultados, conforme Gil (2011).

Nesse sentido, com a finalidade de sabermos as percepções de um docente sobre a temática indígena, sobretudo acerca da lei 11.645/2008, é que esta pesquisa contou com a participação de uma professora de 25 anos de experiência no chão da escola, a qual atualmente está atuando como regente de uma turma de 1º ano do Ensino Fundamental. Ademais, desenvolvemos uma análise no livro didático de História utilizado pela turma, com o intuito de percebermos a forma pela qual os povos indígenas são retratados nos livros do 1º ano do ensino fundamental e suas implicações para a formação dos alunos.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Lei 11.645/2008 aborda a questão étnico-racial, afro-brasileira e indígena, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino das histórias e culturas desses povos que desempenharam um papel fundamental na formação do Brasil e continuam contribuindo de maneira significativa. A existência dessa Lei é essencial, visto que ao conhecermos as vivências desses povos, temos a possibilidade de romper estereótipos sedimentados no imaginário social por vários séculos.

Dessa forma, as instituições escolares constituem-se como um veículo importante para o conhecimento dessas histórias e culturas. Principalmente, a população indígena que vive sobre terras brasileiras há mais de 523 anos, sendo eles os primeiros moradores desse país. Constitui-se um agravante que a sociedade brasileira não tenha conhecimento sobre a sua própria história. Segundo Wittmann (2015, p. 9) o não reconhecimento de saberes dos povos indígenas

brasileiros “[...] revela o desconhecimento de nossa sociedade sobre a própria história”. Por isso, é preciso que essa temática esteja presente nos currículos escolares a fim de viabilizar esse conhecimento.

Uma vez que a lei por si só não possibilita o conhecimento e a transformação, assim, torna-se necessário que os professores tenham tanto formação inicial quanto continuada para trabalhar a temática de forma consciente nas escolas a fim de que os preconceitos e estereótipos sejam extintos.

De acordo com Freire (2000), existem cinco equívocos em relação aos povos indígenas, sendo eles: a visão generalizada, a ideia de culturas atrasadas, a concepção de culturas congeladas no tempo, a percepção de que os indígenas fazem parte do passado e a negação da identidade indígena brasileira. Tais equívocos, ainda, permanecem na sociedade do século XXI, o que acaba fortalecendo os estereótipos e alimentando os preconceitos e as discriminações contra os povos originários.

Conforme, Silva e Costa (2018, p. 96):

[...] a Lei nº 11.645/2008 não solucionará todos os problemas relacionados ao ensino da temática indígena nas escolas, mas é possível entrever avanços que a transversalização de conteúdos pode proporcionar ao ambiente escolar, ainda marcado pelo preconceito enraizado e por atitudes discriminatórias contra os índios, além de certa idealização romântica sobre a ‘vida selvagem’.

Dessa forma, essa lei constitui um direcionamento para a promoção do debate sobre a importância dos povos indígenas, para a discussão sobre as suas lutas, sobre a contínua resistência desses povos que perdura até hoje pela proteção de suas terras. Além disso, para destacar sobre como a cultura dos povos indígenas é parte constituinte da cultura brasileira. Contudo, é necessário que a escola como um todo, esteja com o objetivo de discutir os estigmas que foram construídos em relação a esses povos e assim haja o reconhecimento da diversidade que existe no Brasil.

Ao questionar a professora do 1º ano de uma escola rede municipal sobre a implementação da Lei 11.645/2008, ela afirmou que o ensino de histórias e culturas indígenas ocorre de maneira interdisciplinar. Ou seja, encontrando-se de acordo com o parágrafo 2º da Lei 11.645/2008, de 10 de março de 2008, determinando que: “Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras”. (BRASIL, 2008). Dessa forma, é preciso pensar como e se realmente os livros

didáticos estão trazendo as temáticas dos povos indígenas, de maneira que não seja reforçado os equívocos mencionados anteriormente em relação a esses povos.

Além disso, perceber se os professores que estão ministrando as aulas sobre os povos originários, possuem os conhecimentos de acordo com a realidade dos indígenas, tendo em vista que vários licenciados não tiveram a disciplina de Histórias e Culturas Indígenas na sua formação inicial, logo, faz-se pertinente que eles tenham acesso a formação continuada em relação a esta temática, a fim de que não haja a perpetuação de preconceitos que foram constituídos ao longo da história. Posto que, quanto maior o contato dos professores com os conhecimentos e perspectivas dos povos indígenas, melhor se dará a implementação da Lei à qual estamos discutindo ao longo deste estudo, ocorrendo de maneira justa, igualitária e consciente da importância dos povos indígenas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os livros didáticos se constituem como um elemento de grande importância para o desenvolvimento da prática dos professores, uma vez que desempenham um papel fundamental nos processos de ensino e de aprendizagem nas diferentes etapas da educação básica. No entanto, embora o livro didático enriqueça o processo educativo, ele não deve ser utilizado como único e exclusivo recurso pedagógico na sala de aula.

Nessa perspectiva, no que se refere à temática indígena, os livros didáticos brasileiros historicamente têm trazido representações estereotipadas, generalizadoras e preconceituosas acerca desses povos originários, contribuindo ora direta ora indiretamente, para a reprodução de preconceitos, discriminações e para marginalização das ricas histórias e culturas desses povos. Desse modo, as representações que permeiam os materiais didáticos expressam concepções, valores e visões de mundo, nesse viés “várias pesquisas demonstraram como textos e ilustrações de obras didáticas transmitem estereótipos e valores dos grupos dominantes, generalizando temas, como família, criança, etnia, de acordo com os preceitos da sociedade burguesa (Bittencourt, 2002, p. 72).

Ademais, as produções de subsídios didáticos que contemplam as temáticas indígenas produzidas no Brasil são encontradas em pequenas quantidades, o que implica na criação de uma lacuna na formação dos estudantes, esses índices talvez possam ser justificados pela “complexidade e a necessidade de especialistas no trato com o tema, os custos exigidos para a produção ou ainda mesmo a pouca importância e prioridade que se deu ao assunto” (Silva, 2014, p. 32).

No Brasil, a representação indígena perpassa pelo olhar do colonizador em detrimento da perspectiva dos primeiros habitantes deste território, inclusive na grande parte dos livros didáticos. Isso porque, a história do Brasil é contada a partir de 1500 quando os europeus aqui chegaram, ou seja, as histórias vivenciadas anteriormente não são levadas em consideração, e os indígenas são colocados no papel de meros coadjuvantes, quase sem importância nessa história.

Dessa forma, as representações indígenas que estão nos livros didáticos têm contribuído para a deturpação das histórias e culturas dos povos originários, estas que são extremamente ricas. Nesse sentido, Mariano (2006, p. 63) destaca que:

Podemos perceber que os índios são quase sempre estudados no passado, sob a ótica do colonizador, representação essa que reforça a tendência de uma parte da historiografia corrente. Desde então, esses povos têm tido uma participação inexpressiva em nossa historiografia, sendo, geralmente, estudados como atores coadjuvantes, vítimas indefesas, nunca vistos com autonomia. A construção dessas imagens tende a cristalizar os índios e retirá-los da história, e, o que é mais preocupante, essa representação está posta em muitos livros didáticos.

Assim, as representações dos povos indígenas nos subsídios didáticos da educação básica, em sua maioria, estão reproduzindo indígenas tipificados, difundindo uma “imagem de um índio genérico, estereotipado, que vive nu na mata, mora em ocas e tabas, cultura Tupã e Jaci e que fala tupi” (Grupioni, 1995).

Em grande parte dos livros didáticos, tem-se uma história que coloca os povos indígenas como primitivos e reforça a ideia de que esses povos não evoluíram e continuam sendo seres do passado, Freire (2000) destaca que isso se dá pelas consequências do colonialismo, no qual a tradição viva desses povos é vista como primitiva por não seguir os paradigmas da cultura ocidental. Uma das formas deste tipo de representação consiste em designar que os indígenas não podem utilizar tecnologias, vestimentas comuns aos não indígenas, trabalharem para além das suas terras, construírem uma carreira acadêmica, dentre outras coisas.

Outra concepção equivocada muito difundida diz respeito à generalização dos povos indígenas. Nesse sentido, as mais de 275 línguas e os mais de 300 povos indígenas existentes no Brasil, de acordo com a prévia do Censo Demográfico de 2022, não têm as suas diversidades reconhecidas e valorizadas, sobretudo nos currículos da educação básica brasileira. Nos livros didáticos majoritariamente, os indígenas quando mencionados, são tratados como participantes de uma cultura universal, na qual todos têm os mesmos costumes, crenças, valores, línguas etc.

Nessa perspectiva, o livro da disciplina de História do 1º ano do ensino fundamental, da coleção “Bem me quer mais”, o qual tem autoria de Márcia Cristina Hipólido e Mirian Gaspar,

produzido pela editora do Brasil em 2021, foi analisado com o intuito de perceber de que forma as histórias e culturas dos povos indígenas são tratadas e conduzidas nesse material.

Acerca disso, foi possível constatar como a temática indígena ocupa de maneira modesta os currículos da educação básica, sobretudo nos materiais didáticos das primeiras séries. O livro em questão, não traz uma abordagem aprofundada sobre os indígenas, à medida que essa temática está presente em apenas um momento ao longo do material, na qual está tratando sobre a construção da identidade dos sujeitos.

O livro supracitado, traz a temática indígena vinculada a importância do nome para os cidadãos e como ele contribui para a construção da identidade. Nesse sentido, coloca-se a cultura indígena Kamayurá como demonstração, ao exemplificar de maneira discreta e superficial, que nessa comunidade, o nome das crianças é escolhido pelos avós.

Assim, os equívocos sobre os povos indígenas que estão presentes nos diversos materiais didáticos, relacionam-se diretamente, com o fato de que as organizações e produções acerca desta temática são realizadas por pessoas não indígenas, as quais por mais domínio que possam aparentar ter sobre os assuntos, não conseguem atingir o mesmo nível de propriedade para falar acerca das histórias e culturas dos primeiros habitantes e fundadores do Brasil, como eles próprios.

Com o intuito de contribuir ainda mais com a temática propomos reflexões sobre as culturas indígenas no currículo escolar, tendo em vista que este é um importante elemento viabilizador para as discussões das culturas, pois é a representação da cultura no dia a dia da escola, nesse sentido a temática dos povos indígenas precisa estar incluída nos currículos escolares. Pois, o currículo escolar precisa ser um instrumento de valorização, conforme explica Rezende (2007, p. 174) de “saberes e processos próprios de produção e recriação de cultura, tradições e línguas”. Dessa forma, quando o currículo traz esses saberes se tem um caminho para a valorização delas, e é por isso que ele não deve trazer visões estereotipadas.

Ainda assim, quando acontece a representação dessas culturas dentro do ambiente escolar por meio do currículo, os alunos têm a oportunidade de terem esse contato para além dos muros da escola, uma vez que ocorre uma interação com a cultura produzida pela sociedade, nesse caso à indígena. Ou seja, os alunos aprendem sobre a importância desses povos, sobre a função dessa aprendizagem, entre outros motivos.

No que se refere ao currículo e a relação com o ambiente exterior à escola, Sacristán (1989, p. 22 apud Libâneo, 2013, p. 141) declara que “o currículo é a ligação entre a cultura e a sociedade exterior à escola e à educação; entre o conhecimento e a cultura herdadas e a

aprendizagem dos alunos; entre a teoria (ideias, suposições e aspirações) e a prática possível, dadas determinadas condições”.

Entretanto, por vezes o currículo não traz as temáticas indígenas e afro-brasileiras com a devida importância, uma vez que prioriza outras disciplinas que são mais complexas e que exigem mais dos alunos.

Nesse sentido, existe um motivo para os currículos se organizarem desse modo, conforme explica Arroyo (2013, p. 122), “currículos, seu ordenamento, as hierarquizações dos conhecimentos fazem parte das relações, experiências, interesses e tensões sociais. É ingênuo pensar que são neutros ou apenas uma transposição e um produto escolar”. Nesse viés, existe no mundo um modo de organização econômica e política que no Brasil foi implementado desde o final da década de 1980 e início da década de 1990, nos governos de Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, sendo este o neoliberalismo, que perpassa a autonomia da escola na organização curricular (Libâneo, 2012). À vista disso, as escolas seguem o modelo padrão dominante da sociedade. Em concordância afirmam Lopes e Cáprio (2016, p. 12):

O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, transmite visões sociais particulares e interessadas, produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história, vinculada às formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação.

Percebe-se, assim, que o currículo é moldado conforme o modelo político de economia, no qual não oferece a devida importância às temáticas das minorias. Portanto, é preciso pensar nessa organização a fim de garantir uma abordagem mais inclusiva e democrática das minorias, uma vez que o Brasil é um país diverso. Dessa forma, contribuir para que esse país se torne um lugar cada vez mais democrático, no qual os interesses pela democracia não se estrinjam apenas à liberdade econômica, mas incluam também a democracia para a construção de uma sociedade mais justa, humana e solidária (Libâneo; De Oliveira; Toschi, 2012).

O currículo precisa trazer a diversidade de conteúdos de modo que ele não os hierarquize, mas que exista uma equidade com o intuito de haver o acesso a diferentes temáticas, conteúdos e culturas, embora o currículo escolar esteja baseado na cultura vigente, que é o neoliberalismo. Acerca disso, Silva (2002, p. 35) declara que:

O currículo na escola está baseado na cultura dominante: ele se expressa na linguagem dominante, ele é transmitido através do código cultural dominante. As crianças das classes dominantes podem facilmente compreender esse código, pois durante toda sua vida elas estiveram imersas, o tempo todo, nesse código. Esse código é natural para



elas. [...]. Em contraste, para as crianças e jovens das classes dominadas, esse código é simplesmente indecifrável. Eles não sabem do que se trata.

Nessa perspectiva, um dos grandes desafios da escola é repensar os seus currículos de maneira crítica a fim de formar alunos críticos que questionam o sistema vigente, o qual atualmente privilegia alguns conteúdos em detrimento de outros, também é importante que os estudantes tenham contato com o ensino das culturas indígenas e afro-brasileiras para que se trilhe um caminho do respeito e de valorização à diversidade étnico-racial existente no Brasil.

Portanto, a Lei 11.645/2008 é uma possibilidade para o conhecimento, a discussão e valorização dos povos indígenas e afro-brasileiros nos contextos escolares, sendo pertinente essas temáticas nos currículos, contribuindo para a construção de uma sociedade brasileira cada vez mais justa e igualitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo em torno da temática pesquisada possibilitou ainda mais a compreensão da importância de se discutir sobre as histórias e culturas dos povos originários. Tendo em vista que os povos indígenas produzem culturas que são ricas em saberes e conhecimentos, além disso são os grandes protetores das terras, produções essas que antecedem a invasão dos portugueses.

Nesse sentido, a Lei 11.645/2008 vem tornar obrigatório o estudo das histórias e culturas dos povos indígenas nas instituições de ensino fundamental e médio sejam elas públicas e privadas, como já mencionamos anteriormente essa pesquisa se concentrou especificamente em uma sala de 1º ano do ensino fundamental de uma escola pública.

Dessa forma, verificou-se a importância da necessidade de os alunos estudarem sobre os indígenas, a fim de conhecerem sobre as histórias desses povos que compõem o Brasil. Além disso possibilitar por meio do conhecimento, discussões e contato com as realidades desses povos a erradicação de pensamentos estereotipados, acreditamos que o caminho para uma sociedade mais justa, democrática e solidária seja por meio do conhecimento e respeito, se não trilharmos esse caminho, permanecemos com as mesmas ideias preconceituosas e excludentes.

Para tanto, os professores não devem se deterem apenas a data do dia 19 de abril, na qual é comemorado a resistência dos povos indígenas, pois, as discussões apenas nesse momento acabam ficando rasas diante de histórias e culturas tão diversas, é preciso que essa temática permeie dentro da sala de aula por meio das disciplinas, através da

interdisciplinaridade. Além disso, o livro didático que um instrumento para professores e alunos tragam essa temática, para que se perceba a imensa contribuição desses povos, à vista disso percebemos o quanto o livro didático analisado ainda apresenta falhas, posto que em diversos assuntos os povos indígenas poderiam ser apresentados e não há essa representação dessa cultura.

Desse modo, questionamentos necessitam ser realizados, como poderemos extinguir os estereótipos, se não existe discussão dentro da sala de aula de aula? Os professores que discorrem sobre essa temática dentro das salas de aula possuem uma visão colonizadora ou entendem que esses povos foram saqueados pelos portugueses em uma tentativa de roubar o que eles possuem de mais valioso que são as suas culturas? Nesse viés, os professores precisam possuir conhecimento sobre as histórias e culturas dos indígenas para que não a perpetuação de ideias preconceituosas em relação a esses povos.

O livro do 1º ano que foi analisado trouxe uma informação sobre a cultura do povo Kamayurá, sem ocorrer um aprofundamento e principalmente, sem trazer em outros momentos dos objetos de conhecimento a presença dos indígenas. É preciso que se faça uma reflexão sobre essa questão dos povos indígenas nos livros didáticos, visto que eles são norteadores e auxiliares na prática diária dos professores, por isso faz-se necessário a representação da diversidade que existe nas diferentes sociedades.

Para tanto, os currículos das instituições escolares que são as representações tanto das culturas como do povo precisam retratar também, as minorias que por vezes são deixadas de lado por aquilo que se tem como padrão na sociedade. Nesse sentido, as temáticas indígenas precisam estar representadas nos currículos para que se garanta de maneira mais veemente as discussões e conhecimentos, desse modo, avançaremos como uma sociedade democrática, onde qualquer lugar desse Estado seja um lugar onde todos possam fazer parte.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe M. F. (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. 6.ed. São Paulo, Contexto, 2002.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 11.648, de 2 de junho de 2008. Altera o art. 36 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/L11684.htm. Acesso em: 08 de maio 2023.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Cinco idéias equivocadas sobre o índio. In **Revista do Centro de Estudos do Comportamento Humano** (CENESCH). Nº 01 – Setembro 2000. p.17-33. Manaus-Amazonas.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. Livros didáticos e fontes de informações sobre as sociedades indígenas no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Orgs.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

LIBANELO, José Carlos; DE OLIVEIRA, João Ferreira e TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LIBANELO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática**. São Paulo, Hércules Editora, 2013.

LOPES, E. C. P. M.; CAPRIO, M. As influências do modelo neoliberal na educação. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, [S.l.], n. 5, dec. 2016. ISSN 1519-9029. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9152>>. Acesso em: 08 jun. 2023.

MARIANO, Nayana Rodrigues Cordeiro. **A representação sobre os índios nos livros didáticos de história do Brasil**. 2006. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006

REZENDE, Justino Sarmiento. Escola Indígena Municipal Utãpinopona - Tuyuka e a Construção da Identidade Tuyuka. 17 de fevereiro de 2007. 371 p. Dissertação – Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, MS – 2007.

SILVA, T. T. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias de currículo**. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SILVA, Edson. Ensino e sociodiversidades indígenas: possibilidades, desafios e impasses a partir da Lei 11.645/2008. **Mneme-Revista de Humanidades**, v. 15, n. 35, p. 21-37, 2014.

WITTMANN, Luisa Tombini (Org.). **Ensino (d)e História Indígena**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.